Educação Unisinos
11(2):103-110,maio/agosto 2007
© 2007 by Unisinos

As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso

Meeting minutes as sources for the history of education: A discussion based on a case study

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani
rosimaresquinsani@upf.br

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.
Jacques Le Goff.

Resumo: O texto percorre fragmentos da trajetória recente de uma rede municipal de ensino, através de elementos garimpados de atas/registros de reuniões. Tais atas, encaradas como fontes documentais, referem-se a reuniões entre uma Secretaria Municipal de Educação e a equipe diretiva das escolas desta Rede Pública Municipal de Ensino, entre os anos de 1989 e 2004. Foram utilizadas 228 atas redigidas no livro oficial da mantenedora, que, arroladas em temáticas recorrentes, deram origem a oito categorias à luz das quais foi analisado o material empírico. A partir das categorias, foi elaborado um esquema de interpretação das atas enquanto registro das decisões e dos processos de gestão da Secretaria Municipal de Educação, que são comunicadas à rede de ensino afeta a sua gestão tendo como porta-voz a equipe diretiva das escolas. Escrever, pois, a história recente desta educação na rede municipal de ensino através da recomposição, leitura e análise de atas foi significativamente um gesto de transformar em documento aqueles objetos que, restritos a sua finalidade precípua, nada são além de registros solenes de um encontro, mas que podem subsidiar ricamente a reconstrução de processos históricos no campo da educação.

Palavras-chave: história da educação, registro, ata, gestão, educação.

Abstract: The article discusses fragments of the recent history of a municipal school network on the basis of elements collected from minutes of meetings, which are seen as documentary sources. These are minutes of meetings between a municipal education department and the directorship team of the schools of that municipal network from 1989 to 2004. 228 minutes recorded in the pertinent official documents were examined. This gave rise to eight categories in whose light the empirical material was analyzed. Then an interpretation scheme of the minutes was worked out on the basis of the categories. The minutes are records of the decisions and processes of management by the municipal education department. These decisions are communicated to the municipal school network through the schools' directorship teams. Thus, to write the recent history of the education provided by that network means to turn into documents objects that, if restricted to their main purpose, are just solemn records of a meeting, but can also help to reconstruct historical processes in the field of education.

Key words: education history, record, minutes, management, education.

Introdução

As atas elaboradas para / em / a partir de reuniões, podem ser qualificadas enquanto registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos, tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações.

Encaradas como potenciais documentos de valor jurídico, as atas têm a necessidade de consubstanciarem-se enquanto um fiel registro do que ocorreu na reunião (deliberações, decisões, discussões). Por outro lado, atas também podem servir como uma rica fonte documental, sobremaneira para a história da educação. Dentro desta perspectiva, a ata é entendida como um lugar de memória (Nora, 1993) que, do ponto de vista científico, metodológico ou historiográfico, pode ser mais ou menos rigorosa, mas, ainda assim, um lugar de memória.

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, *notariar atas*, porque estas operações não são naturais. (Nora, 1993, p. 13 – grifo meu).

Destarte, o texto que segue conta fragmentos da história da educação de uma rede municipal de ensino, sob o ponto de vista do órgão administrativo, através de elementos garimpados em atas de reuniões.

As atas mencionadas referem-se a reuniões entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) de um município de porte médio no interior do Rio Grande do Sul e a equipe diretiva (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e orientador educacional) das escolas da rede pública municipal de ensino, entre os anos de 1989 e 2004. Tal recorte temporal privilegia a leitura de quatro administrações municipais: 1989-1992; 1993-1996; 1997-2000 e 2001-2004.

Tratando, pois, as qualificadas atas como fontes documentais, parto do princípio de que são estas fontes de pesquisa que permitem/favorecem a passagem do saber senso-comum (suposições, *achismos*) para uma construção científica acerca de como e por quais caminhos foi conduzida a rede municipal de ensino ao longo da história recente da educação no município foco de estudos, ainda que se trate uma construção sobre fragmentos.

No que tange em específico às fontes documentais, é preciso tratá-las como objetos *não naturais*, a fim de

> [...] perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela: pois é por isso que existe [a] "parte oculta do iceberg"; porque esquecemos a prática para não mais ver senão os objetos que a retificam a nossos olhos. Façamos então o inverso. (Veyne, 1995, p. 154).

Um documento não é, portanto, neutro. Ele foi construído para atender a uma determinada finalidade, dentro de uma dada prática (entendida como ação, momento) histórica e pertenceu/e a um determinado grupo, o grupo que o forjou, que o legitimou.

Sobre esta prática histórica, datada que forja/ou os objetos, diz Veyne (1995, p. 157-158) que podemos "chamá-la 'parte oculta do iceberg' [...] simplesmente porque ela partilha da sorte da quase totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos freqüentemente consciência deles, mas não temos o conceito para eles".

Diz Veyne (1995, p. 164), ainda, que as práticas são raras, pontiagudas, específicas e são elas que forjam os objetos. E ele continua sua reflexão ensejando que "o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história, enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática, se explica a partir do que é feito".

Em resumo, os objetos que servem de documentos ao pesquisador precisam ser pensados à luz da história, pois não escrevemos a historia de forma neutra. Somos também sujeitos históricos, sendo que o conhecimento do passado sofre a intervenção e a interpretação do presente. A leitura do passado é sempre dirigida por uma leitura do presente (Certeau, 1982). Ou, tomando ainda as palavras de Certeau (1982, p. 46), trabalhar com História da Educação é "reconhecer o presente no seu objeto e o passado nas suas práticas".

Visando corroborar no processo de leitura sobre a história da educação no município analisado no período de 1989 a 2004, utilizei 228 (duzentas e vinte e oito) atas redigidas pela SME no livro oficial de atas da mantenedora e que dizem respeito às reuniões desta com a equipe diretiva das escolas da Rede Municipal de Ensino.

Para realizar a interpretação dos documentos, arrolei as temáticas recorrentes nas atas dispostas à análise, tais como: rupturas com projetos instituídos; formação de professores; eventos promovidos pela mantenedora; relação SME X Escola em diferentes contextos (documentação legal, supervisão, orientações de cunho pedagógico), além de duas abordagens tácitas: o personalismo apresentado na escrita das referidas atas e as vozes presentes e ausentes no texto oficial. A partir de tais temáticas, foram elencadas oito categorias, à luz das quais analisei o material empírico: a) os rituais da reunião (aspectos formais de produção das atas); b) presenças e ausências; c) elementos contextuais; d) rupturas e permanências; e) relação da SME com a rede de escolas: f) ingerência da mantenedora no cotidiano das escolas; g) temáticas ordinárias; h) temáticas extraordinárias desenvolvidas nas reuniões.

A partir destas categorias, elaborei um esquema de leitura das atas enquanto registros das decisões e dos projetos gestionários da Secretaria de Municipal de Educação, que são comunicadas à rede de ensino afeta à sua gestão, tendo como "porta-voz" a equipe diretiva das escolas (diretor/a, vice-diretor/a, coordenador/a pedagógico, orientador educacional), denotando a possibilidade de se contar a história da educação através da leitura de atas.

O que há de comum... as leituras de cunho geral

Tendo como norte de reflexão as categorias de análise, é possível pontuar uma leitura geral, ou os ingredientes presentes nos 16 anos em relevo. Apesar de considerar inviável a leitura pasteurizada das atas redigidas no período – o que equivaleria a tratar de forma homogênea quatro administrações municipais seqüenciais e distintas –, possível tecer considerações mínimas sobre os tais documentos, independentemente da administração a que se referem.

A primeira consideração diz respeito ao caráter ritualístico das reuniões entre a mantenedora e as equipes diretivas das escolas. Quase sem exceção, as reuniões ordinárias (mensais) seguiam uma pauta presumida, que incluía as boas-vindas aos presentes; palavras do (a) secretário (a) de educação; eventualmente uma mensagem de estímulo/incentivo ao trabalho das escolas; a participação e a fala de convidados externos à Rede; agradecimentos por participações em determinados atos da administração (como festas, gincanas, eventos e promoções); alguma diretriz pedagógica (não presente em todas as reuniões); informes dos diferentes setores da secretaria e, por fim, alguma recomendação de caráter burocrático.

Os ritos[1] das reuniões com a mantenedora eram arquitetados a partir de seqüências e arranjos que permitiam vislumbrar a reunião a partir de um sujeito, um dono: a Secretaria Municipal de Educação, representada sempre pela mais alta figura hierárquica (o/a secretário/a, quando presente, ou a chefia do departamento pedagógico ou administrativo). Esta figura era o símbolo focal da reunião, que dava sentido ao "estar lá".

Os aspectos formais na elaboração das atas parecem ser um dos princípios de continuidade entre as quatro administrações examinadas. Algumas questões, como quem redigiu as atas, são comuns, pois em geral o redator era um professor de língua portuguesa (denotando a escolha por um profissional que conheceria, em tese, dos meandros técnicos do documento) ou um funcionário técnico de um setor que constava no organograma da SME, denominado "Programação" (Esquinsani, 2004), setor sobre o qual recaía a função de logística das reuniões, providenciando local, água, café, etc., bem como organizar o registro formal da reunião.

Outra questão que merece destaque diz respeito à produção escrita das atas. Examinando o texto escrito, chama atenção o vocabulário reduzido, a falta de uma finalização adequada para as frases, além de uma redundância em se tratando de expressões.

Geralmente quem redigiu as atas analisadas o fez sob o calor do momento, sem muita reflexão sobre quais eram os melhores termos para expressar o que estava sendo dito, tampouco preocupado com as possibilidades de leitura futura sobre o que estava registrando. Quando da fala de alguma "autoridade" (como o prefeito ou um convidado), há uma preocupação excessiva com a redundância de termos e designações e pouco registro sobre o conteúdo do que foi dito.

Outro elemento ritualístico característico da confecção de uma ata são as assinaturas, que vêm logo após o aviso de que a ata será assinada pelo redator e por todos os demais presentes. As assinaturas ou autógrafos garantem, pelo menos precariamente, a autenticidade do registro do que foi dito na reunião. Contudo, no material empírico analisado, percebem-se diferentes tratos para a questão das assinaturas, pois há casos em que apenas o/a redator/a assina a ata; casos em que apenas a equipe da SME assina a ata; raros casos em que dois ou três participantes assinam a ata, mas há um espaço em branco (seis ou sete linhas, em geral) reservado supostamente para autógrafos que seriam colhidos em outra ocasião; mas, na maioria dos casos, há um considerável número de assinaturas. Através das assinaturas impressas na maioria das atas, é possível fazer ainda uma observação: os autógrafos seguem, em reuniões diferentes, a mesma seqüência: quem redigiu a ata, os presentes representantes das escolas e a equipe da SME.

Em relação à incidência de reuniões realizadas, é possível acompanhar ainda que, nas quatro administrações municipais estudadas, no primeiro ano da administração ocorreu a realização do maior número de reuniões com a equipe diretiva das escolas municipais, ao passo que o último ano da administração acolheu o menor número de reuniões realizadas.

No primeiro ano da administração, as reuniões realizadas serviam principalmente para apresentar alguma política, ação ou programa da secretaria; anunciar o fim de algum projeto

[1] A etimologia da palavra "rito" significa ordem. *Ritus*, em latim, está associado à idéia de uma ordem prescrita; a raiz *ar* deriva do indo europeu védico (rta, arta) e remete à ordem do cosmo (Riviére, 1997, p. 326). Rivière, na obra citada, analisa uma variedade de ritos que podem ser observados no dia-a-dia: os ritos de chegada, ritos de ordem e ritos de atividades.

do governo anterior; informar alterações no organograma da SME; traçar diretrizes de ação e gestão da rede de escolas, e/ou para ouvir palestras temáticas. Nas quatro administrações em foco, o/a secretário/a foi o/a palestrante da primeira reunião, anunciando os seus colaboradores diretos e suas crenças na educação.

Já, no último ano, a temática mais recorrente era a exaltação e destaque aos feitos da administração. Tal temática vigorava até o mês de outubro, sendo que nas parcas reuniões que ocorriam a partir do mês de outubro (em geral uma única posterior, em dezembro), havia o agradecimento do/a secretário/a pela participação e colaboração de todos na administração que se encerrava.

Ainda quanto aos termos de designação/qualificação dos presentes: há uma preocupação com o tratamento dispensado às autoridades presentes em uma reunião. Invariavelmente, o/a secretário/a é tratado como "o/a senhor/a secretário/a municipal de educação, professor/a...", em quase todas as circunstâncias em que seu nome é citado, mas, sobretudo, antes da fala do/a mesmo/a, demonstrando a importância do registro personalizado da autoridade como incremento legitimador, via poder hierárquico, do que aconteceria na reunião.

Essa situação contribui para evidenciar presenças e ausências registradas no documento. Nas quatro administrações, está patente que pessoas representavam a mantenedora, que cargos ocupavam e o que falaram na reunião. Da mesma forma, as autoridades ou convidados eventualmente presentes à reunião mereciam caráter de distinção, seja no registro personalizado de sua presença, seja no registro trabalhado de suas falas.

Tal lógica não se aplica, entretanto, aos demais participantes. Quando algum representante de alguma escola falava, raras vezes tinha o seu nome registrado. Normalmente era identificado pelo nome de sua escola, ou então havia o uso indiscriminado do sujeito oculto: "alguém falou"; "houve questionamentos", etc.

Também não são mencionadas as evoluções das discussões em torno dos "questionamentos" feitos nas reuniões. Eles são mencionados de forma rápida, não sendo elencados e nem qualificados; tampouco as eventuais respostas estão anotadas nas atas.

Estas leituras levaram a reflexões sobre o caráter da ata enquanto documento/registro oficial, bem como sua função / finalidade de servir como assentamento de decisões, significando o lugar onde é possível identificar quem tem voz dentro de uma determinada administração, através das opiniões que são registradas, dos personagens que estão presentes no registro (SME, Prefeito, secretário, professores – quais – e com qual incidência), sendo viável concluir que, como a ata é um registro oficial, somente as vozes oficiais estão nela presentes, sendo fácil identificar quem são os sujeitos da reunião e quem é a platéia assistente.

As atas elaboradas entre 1989 a 1992

Há certa precariedade visível no período em questão, tanto no aspecto de confecção do documento ou a escrita das atas; quanto se depreende a mesma análise para a gestão da rede de escolas (pois, na época, o município não estava organizado em sistema de ensino).

Tal precariedade, sob o ponto de vista formal, está clara no registro das atas, com assinaturas em azul; atas escritas parte em azul, parte em caneta da cor preta; atas escritas em forma de itens: a); b); c); frases soltas e desconexas; além da utilização indiscriminada de expressões como "quer dizer", "em tempo", "digo", "ou melhor" para retificar erros cometidos na redação da ata. Tais descuidos, entre outros aspectos observáveis, demonstram a pouca atenção ao caráter documental e/ou formal de uma ata.

Da mesma forma, é visível certa precariedade na rede de escolas e em sua gestão, expressa em atas onde há o registro de que "se houver falta de serventes, os diretores deverão solicitar ajuda das mães para a distribuição da merenda" (Ata 03/1989, de 17/02/1989). Mais adiante, ainda na mesma ata: "[...] quanto às serventes, as mesmas não devem ir para sala de aula atender alunos ou substituir professores, pois as mesmas são contratadas para serviços de merendeira, conservação e limpeza da escola, e não para dar aula".

Paradoxalmente, mas ainda reafirmando a precariedade da rede de escolas, em outra ata é possível ler o seguinte trecho: "[...] foi salientada a importância de que o aluno não fique sem aula, mesmo que pessoas alheias à classe tenham de assumila" (Ata 09/89 de 16/03/1989), ou ainda em outro período: "a dificuldade que está enfrentando a equipe de supervisão [da SME] de se locomover até determinadas escolas" (Ata 03/90, de 06 de julho de 1990).

A relação da Secretaria Municipal de Educação com a rede de escolas mantidas apresenta alguns pontos importantes desnudados na leitura das atas, como o caráter externo impingido ao trabalho pedagógico na escola. O tom de justificativa para qualquer ação realizada na escola – desde as mais prosaicas até decisões estruturais –, podia ser percebido nas narrações das escolas, em forma de prestação de contas à SME.

Outro elemento presente no período analisado são as inúmeras orientações passadas à rede de escolas nas reuniões registradas. Invariavelmente, tais orientações valiam-se do paradigma da "uniformidade":

todos deveriam fazer a mesma coisa, do mesmo modo, com a mesma intensidade. Este paradigma "uniforme", presente em diversas atas, problematiza a autonomia das unidades educativas partícipes da rede municipal: a presença de tal princípio e a intensidade do mesmo.

A autonomia e a participação enquanto princípios de trabalho parecem ter assinalado, de forma avessa, a administração 1989-1992. Pela leitura das atas produzidas no período é possível marcar esta administração na história da educação municipal pelo forte tom de ingerência da mantenedora na rede de escolas. Tal situação pode ser exemplificada através do registro contido em uma ata redigida no final de um ano, onde se faz uma avaliação do trabalho da SME com diretores e coordenadores pedagógicos das escolas. Neste momento pode-se ler: "[...] Prega-se muito a participação do aluno na sala de aula, mas nega-se a participação dos diretores na SME e muitas vezes são usados como cobaias. O papel do supervisor é nos acompanhar, nos orientar [mas o que há é] fiscalização e falta de acompanhamento nas escolas pela supervisão da SME" (Ata 16/90, de 14/12/1990).

Outra questão diz respeito ao prosaico, ao cotidiano que escapa de consensos internos aos grupos e assume ares de relevância, a ponto de ser discutido em reuniões com registro formal de decisões. Se para o historiador da educação tal questão é um prato cheio que aguça nosso apetite pela leitura contextual, do ponto de vista da gestão de uma rede de ensino tal assunto demonstra problemas na organização interna da rede. O exemplo que segue foi retirado de uma reunião da qual participou a equipe diretiva de todas as escolas e os coordenadores de diversos setores da secretaria de educação: "[...] fica lembrado novamente o fumo na SME. Fumar só no horário previsto" (Ata 08/90, de 17/09/1990).

O contexto macro também esteve presente nesta administração, pois, entre a década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990, são divulgados entusiasticamente aqui no Brasil os estudos psicopedagógicos baseados nas idéias de Piaget e Vygotsky, estudos que defendiam o processo de ensino-aprendizagem em uma perspectiva mais inovadora do que as idéias e ideais da escola tecnicista ainda em voga. É o advento do chamado "movimento construtivista", que entra em cena contestando as práticas pedagógicas de abordagens superficiais, envolvendo o apelo à memorização pura e simples dos conteúdos, não raras vezes desconectados do cotidiano, sendo a escola vista como uma "repassadora" de conteúdos.

A rede de escolas municipais parece ter "abraçado" o construtivismo como alternativa mais adequada à condução das práticas pedagógicas encetadas nas unidades educativas, visto que constantemente a equipe diretiva das escolas era lembrada dos estudos construtivistas que estavam sendo desenvolvidos (Atas 23/92 e 24/92 de 1992, de 18/05/1992 e 25/06/1992, respectivamente).

Outro olhar inaugurado pela década de 1990 e presente nas atas redigidas pela administração 1989-1992 diz respeito à infância e à adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 –, introduz mudanças significativas em relação à legislação anterior, o chamado Código de Menores, instituído em 1979. Crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, desafiando administrações públicas em diferentes níveis a implementarem políticas públicas especialmente dirigidas a esse segmento. Tal desafio esteve presente nos registros da administração municipal em curso.

As atas elaboradas de 1993 a 1996

No período posto em relevo, alguns elementos característicos assinalam a história da rede municipal em estudo, como a prática de avaliações externas na rede de ensino, com a ênfase no controle externo e na comparação/competição entre as escolas da rede. Tal prática é, ao mesmo tempo, causa e efeito da preocupação crescente com a aferição da qualidade do ensino.

As ações e políticas desencadeadas por esta administração objetivavam reverter o quadro de reprovação nas escolas municipais, buscando consolidar um perfil de qualidade para a rede municipal de ensino. Isto era feito, sobretudo, a partir do fomento à competição, com a escolha das "escolas destaque", que eram selecionadas por critérios meritocráticos, mas também por se ajustarem aos ditames do órgão administrativo (Ata 34/95, de 04/10/1995), o que desenhava um caráter de centralização das orientações e da condução das escolas da RME.

Contudo, nenhum outro tema é mais patente e característico desta administração quanto as avaliações externas (Ata 09/1993, de 04/08/1993 e ata 37/95, de 20/12/1995). Peça central dos mecanismos de controle estatal sobre o produto da escolarização, a avaliação externa foi alvo dos mais ferrenhos ataques à política educacional organizada no município estudado, sobretudo por supostamente deslocar o foco de atenções dos processos para os produtos, através da simples verificação da ação da escola, certificando sua qualidade.

A relação da SME enquanto órgão condutor da rede de escolas é marcada por tons de cobrança de resultados e alinhamento aos ditames da mantenedora, como nos exemplos que seguem: "solicita-se maior responsabilidade dos professores par-

ticipantes em cursos promovidos pela SME, porque observa-se o descaso e a não participação dos mesmos, bem como a não observância no horário [...] Os professores que não comparecerem aos encontros deverão justificar os motivos" (Ata 27/95, de 12/04/1995).; "a professora [...] cobrou o porquê da ausência de 09 escolas na reunião de supervisores do dia 12/04/1995" (Ata 28/95, de 17/05/1995); e ainda: "segunda-feira será dia letivo normal e recomenda-se que os professores cumpram rigorosamente o horário nas escolas" (Ata 33/95, de 06/07/1995).

Os elementos contextuais macro também estão assinalados na administração 1993-1996. Isto porque a década de 1990 nasce sob o impacto da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990, e que vai desembocar, no Brasil, na construção do Plano Decenal de Educação Para Todos, datado de 1993.

Neste sentido, tanto o documento produzido pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos quanto documentos produzidos tendo em vista a construção do Plano Decenal (Ata 21/1994, de 01/07/1994) definem o tema central na agenda de estudos e formação docente realizados por esta administração.

Nota-se, claramente, um "aumento" de eventos, ações e de discussões para/sobre a formação de professores nos últimos dois anos da administração (Ata 45/1996, de 26 de junho de 1996). Tais eventos e ações estavam articulados às políticas educacionais no nível macro, ligando diretamente o município em foco às principais tendências educacionais e acontecimentos nesta área no Estado e no país. Este parece ter sido o grande mérito da administração: enxergar a educação de uma forma global, para além dos "bairrismos locais", pensando em políticas educacionais e ações que se articulavam mais com a estrutura societal do que com o cotidiano da sala de aula.

As atas elaboradas de 1997 a 2000

Neste período, há uma sensível alteração na linguagem adotada para o registro das atas: do modo imperativo utilizado no tratamento para com as escolas, adota-se, agora, formas mais amenas de referência às mesmas. Palavras como representação, participação, autonomia e processo passam a compor a narrativa. Elaborar em conjunto, construir, trabalhar em função do coletivo (idéia de rede) e sugerir configuram-se como atividades rotineiras nas reuniões.

"A rede municipal tem necessidade da visão do todo" (Ata 71/97, de 22/07/1997) era aclamado em uma reunião, para dar idéia da urgência de alinhavos na identidade comum (apesar das especificidades de cada comunidade escolar) que a rede precisava consolidar.

Outra diferenciação diz respeito ao papel desempenhado pela SME em relação às escolas. Pelo menos enquanto discurso ou registro, se altera o papel da SME, que não é mais mencionada como órgão de supervisão, de fiscalização, mas sim como uma aliada no desenvolvimento das atividades das escolas.

As cobranças referentes à participação das escolas em eventos ou ao cumprimento de determinadas normas, assumem outra conotação no texto das atas, sendo que há o "convite" e a "solicitação', que tomam o lugar dos verbos no modo imperativo adotados nas redações da administração anterior, assim como as sanções também assumem ares diferenciados, sendo que se troca o discurso imperativo por palavras mais amenas. Se o professor não foi a um encontro, por exemplo, não lhe seria imposta nenhuma sanção, mas o lamento por haver perdido uma chance de formação: "[...] [em determinado evento] não houve a participação desejada, considerando que os temas abordados são de interesse das escolas. Lamenta-se a pouca participação das escolas" (Ata 98/99 de 29/10/1999).

A redatora das atas permaneceu sendo uma pessoa ligada a SME, uma assessora ou cargo de confiança (assim, o órgão continuou com o controle do que seria registrado). Há, entretanto, uma diferença percebida: várias vezes a ata foi redigida por uma coordenadora pedagógica, o que dava um caráter mais "despojado" para tal documento, com a economia dos termos de designação e a preocupação acentuada em relatar as discussões pedagógicas travadas no decorrer da reunião.

Da mesma forma, seguidas vezes as atas narravam a discussão que havia sido travada, fornecendo subsídios quase completos sobre o que foi falado na reunião, não se reduzindo aos encaminhamentos dados.

Ainda é preciso enfatizar que esta administração desenha-se, no campo educacional, sob o impacto de três eventos: a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o relatório Jacques Delors e a proximidade (quase) "mítica" do final do milênio.

Os anos subseqüentes à homologação da LDB 9.394/96 foram marcados por uma intensa mobilização dos educadores no estudo de tal lei, sobretudo nos aspectos tocantes à sua exeqüibilidade (jurisprudência). Tal contexto provocou nos educadores a ânsia por formação continuada, tanto na perspectiva de apropriação do texto legal quanto para dar conta de temas e situações até então pouco discutidas em redes e unidades educativas, como: o Projeto Político-Pedagógico; a articulação das unidades educativas com a comunidade e todos os demais temas atinentes a essas novas possibilida-

des: discussões de currículos, planos de estudos, recuperação e problemas de aprendizagem, entre outros. (Atas 59/97, de 18/04/97 e 55/97 de 27/02/97).

O Relatório Jacques Delors – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI, sob o título "Educação: um tesouro a descobrir" –, iniciado em março de 1993 e concluído em setembro de 1996, toma o cenário da globalização das relações econômicas e culturais e o transforma no palco que reconfigura o papel da educação.

Tal relatório, divulgado e publicado no Brasil na seqüência da LDB de 1996, foi a "obra-referência" para educadores comprometidos com os novos 'ares' educacionais que vinham no bojo da então nova lei e da proximidade do final do século XX e do 2º milênio, tornando-se também elemento importante nas discussões encetadas nas reuniões desenvolvidas pela administração 1997-2000. Isso contribuiu para uma predisposição simbólica e mesmo uma expectativa de mudanças e inovações no cenário educativo.

As atas elaboradas entre os anos de 2001 e 2004

Em geral, as atas redigidas nos quatro anos enfocados nesta administração, apresentaram características similares às atas redigidas nas administrações anteriores, aliás, há uma continuidade dos redatores, sempre pessoas ligadas ao órgão.

Percebe-se, no entanto, certa necessidade de validação para a administração vigente nas atas encontradas. Em registros como: "[...] a ética é fundamental, as críticas e sugestões serão feitas pessoalmente" (Ata 108/2001, de 08/01/2001), tanto pode se perceber este sentido de validação, como certa intimidação a possíveis manifestações contrárias. Quando se pede que as críticas sejam feitas pessoalmente, se marginaliza e se retira a legitimidade de outros fóruns de discussão sobre os eventuais problemas da rede ou das ações da mantenedora.

Ao longo desta administração, as atas ainda possibilitam, por vezes, a interpretação de que a SME (ou alguma ação desenvolvida/promovida por esta secretaria) estaria sendo questionada ao longo das reuniões, mas nunca se chega a registrar as eventuais críticas ou ponderações. Este entendimento fica relativamente claro nas atas 109/2002, de 18/06/2002, e 112/2002, de 04/10/2002, mas destaco que o registro, neste caso, é sempre muito vago: "[...] a SME não permite que as escolas achem espaços para palestra...", ou ainda "houve retorno ao assunto inicial, quando houve a questão de não mais existirem os pólos de estudo...". Desta feita, retomo a idéia de que as reuniões que geraram as atas analisadas, neste caso, eram espaços para a legitimidade do que a administração fazia e não para discussões coletivas.

As reuniões com a equipe diretiva das escolas da RME – em comparação com as administrações anteriores –, foram reduzidas significativamente no período em análise, restringindo-se, na maioria das vezes, a reuniões para repasses de informações e comunicações. A situação teve a seguinte justificativa oficial: "[em razão das] inúmeras atividades das escolas, as reuniões com os diretores ficaram reduzidas" (Ata 102/2001, de 07/06/2001).

Destaco ainda e de forma positiva, que palavras como "solicitação", "sugestão", "parabenização" e seus desdobramentos continuaram a compor os tons da narrativa, demonstrando uma cordialidade presente nas reuniões.

Também de forma positiva merece destaque o empenho encetado por esta administração em organizar os planos de ensino e projetos pedagógicos das escolas (Ata 106/2002, de 20/02/2002), reflexo contextual dos encaminhamentos da LDB 9.394/96.

Algumas conclusões

A laboriosa atividade de garimpar, separar e catalogar as atas analisadas remete à ponderação de Certeau (1982, p. 81): "[...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira".

Escrever, pois, fragmentos da história recente da educação em uma rede municipal de ensino através da recomposição, leitura e análise das atas qualificadas ao longo do texto foi significativamente um gesto de transformar em documento aqueles objetos que, levados ao seu contexto e restritos à sua finalidade precípua, nada são além de registros solenes de um encontro. Eis a função do historiador da educação: "[...] transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente" (Certeau, 1982, p. 83).

Não coloco em dúvida, de forma alguma, o *status* de fonte documental de uma ata. Contudo, o olhar do historiador da educação precisou aguçar-se, a fim de retirar daquele registro elementos significativos para reconstrução da história da educação na rede municipal ao longo de 16 anos.

> As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida. (Lombardi, 2004, p. 155).

Mais trabalhoso ainda foi o fato de transformar em fonte histórica um

documento sobre o qual há esparsos estudos específicos[2], deixando entreaberta a possibilidade de ensaio e erro do pesquisador.

Como conclusão, aponto alguns entraves à pesquisa com atas enquanto registro da história da educação, tomando por base o estudo de caso em relevo: primeiro, a aparente falta de organização no registro destes documentos nas quatro administrações analisadas: datas trocadas; números de atas repetidas e/ou descontínuas; diversas atas repetidas (passadas a limpo); erros crassos de língua portuguesa; informações que faltam (como determinadas datas no corpo do texto e outras lacunas que parecem ter sido ali deixadas para serem preenchidas depois); inúmeros adendos "em tempo" logo após a conclusão de uma reunião e a assinatura dos participantes; atas rasuradas; apontamentos a lápis feitos no interior dos registros, além de outras questões formais que dificultam a validação e a fidedignidade de algumas informações ali contidas.

Outro entrave diz respeito à forma fragmentada e parcial com que diversas idéias e registros foram feitos; apenas quem já tem certa intimidade com a estrutura da rede é capaz de decodificar o que tal citação quer dizer, quem está sendo referido, como deveria ocorrer tal evento. Para entender algumas informações, é preciso ser um grande conhecedor da rede pública municipal em questão e das práticas instituídas naquele espaço. As atas elaboradas, até onde o trabalho empírico permite ver, foram tratadas enquanto registros periféricos, não como um documento, mas enquanto uma praxe, uma rotina menor.

Apesar dos reveses, tais documentos possibilitam a visualização da forma como a rede pública municipal de ensino em questão se configurou ao longo dos tempos, permitindo perceber nuances do perfil desenhado pela rede em sua história recente, a partir da relação das escolas com o órgão administrativo.

Referências

BAUER, W. 1957. *Introducción al estudio de la história*. 3ª ed., Barcelona, Bosch, 626 p.

CERTEAU, M. de. 1982. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 352 p.

ESQUINSANI, R.S.S. 2004. *As leituras de uma prática: a análise das políticas no âmbito da educação municipal – um estudo de caso.* São Leopoldo, RS. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. 265 p.

LOMBARDI, J.C. 2004. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. *In:* J.C. LOMBARDI e M.I.M. NASCIMENTO (org.), *Fontes, história e historiografia da educação*, Campinas, Autores Associados, p. 141-176.

NORA, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista* Projeto História, **10**:7-28.

RIVIÈRE, C. 1997. *Os ritos profanos*. Petrópolis, Vozes. 326 p.

VEYNE, P.M. 1995. *Como se escreve a história*. 3ª ed., Brasília, Editora da UnB, 198 p.

Fontes documentais

Livro de Atas das reuniões entre a Secretaria Municipal de Ensino de Passo Fundo e a equipe diretiva das escolas da Rede Municipal de Ensino, 1989-2004.

Submetido em: 19/03/2007
Aceito em: 11/05/2007

Rosimar Esquinsani
Universidade de Passo Fundo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação
CAMPUS I, BR 285, km 171, Bairro São José, Caixa Postal 611, 99001-970 Passo Fundo RS, Brasil

[2] Dentre os poucos estudos específicos, destaco Bauer (1957).